



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Prio Energy <ul style="list-style-type: none">➤ Pedro Morais Leitão (CEO da Prio Energy)➤ João Reis (Client Director)➤ Nuno Correia	<ul style="list-style-type: none">➤ António Costa Silva (PSD)➤ Hugo Costa (PS)➤ Pedro Coimbra (PS)➤ Heitor de Sousa (BE)➤ Bruno Dias (PCP)	13 de outubro de 2016 Gravada	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none">➤ Os representantes da Prio Energy começaram por dar conta das duas preocupações que motivaram o pedido de audiência: a obrigação de incorporação dos biocombustíveis nos combustíveis, programa que se iniciou em 2010 e tem metas para cumprir a 10 anos, e quais as matérias-primas incentivadas para utilização na produção de biocombustíveis.➤ Referiram que as metas de incorporação de biocombustíveis nos combustíveis tem neste momento impacto negativo no preço dos combustíveis, aumentar a incorporação aumenta o preço a curto prazo. No entanto, a longo prazo, defenderam, deve manter-se em vista que essa incorporação é uma boa forma de mitigar o efeito negativo da utilização de combustíveis, pelos benefícios que representa em termos ambientais. O Governo tem mostrado flexibilidade para acomodar variação nas metas de incorporação de biocombustíveis previstas na lei.➤ Quanto às matérias-primas para produzir biocombustíveis, a escolha principal é entre uma aposta em óleos vegetais de utilização alimentar (colza, palma, soja) ou óleos vegetais já usados (têm como vantagem evitar dois problemas ambientais de uma vez, porque se está a absorver	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Hugo Costa (PS) – cumprimentou os representantes da Prio Energy e referiu que esta matéria sempre foi muito relevante para o seu grupo parlamentar. Quanto às matérias-primas utilizadas para a produção de biocombustíveis, considerou que era importante compreender quais são as suas fontes e referiu o caso do óleo de colza, que, por não haver produção nacional suficiente, obriga a importações, com consequências na economia. Solicitou informação sobre qual a percentagem de biocombustíveis no mercado e qual o verdadeiro impacto para o setor ao nível dos preços.➤ Deputado Heitor de Sousa (BE) – após cumprimentar os representantes da Prio Energy, questionou a razão pela qual a introdução de biocombustíveis leva ao aumento do preço dos combustíveis, cujos efeitos são superiores ao aumento de impostos que já houve este ano no ISP como forma de compensar a perda de receita fiscal fruto de uma quebra de preços. Considerou ainda que o país e a economia perdiam quando uma parte dos seus terrenos férteis era utilizada para produção de um produto que caminha para um fim de linha em termos de modo de produção e onde o espaço dos combustíveis e biocombustíveis tenderá a reduzir-se.		

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>óleo alimentar usado que é preciso reciclar e reduz-se a emissão de gases carbono).</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Acreditam que deve haver algum equilíbrio entre as duas fontes de matéria-prima, podendo haver algum incentivo à agricultura para produção de óleos virgens, mas não deve ser uma aposta exclusiva, pelo que a Prio Energy tem defendido também a utilização de óleos usados para produção de biocombustíveis.	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado António Costa Silva (PSD) – tendo já cumprimentado os representantes da Prio Energy no início da audiência, abordou a questão das metas de incorporação de biocombustíveis a atingir e, lembrando que Espanha negociou a sua flexibilização, questionou se Portugal também fez ou pretendia fazer o mesmo. Quis também saber se o aumento do ISP teve um efeito negativo sobre o objetivo de atingir as metas previstas. Quanto aos óleos vegetais, questionou o que estava a ser feito, pois tinha ficado com a ideia de que havia uma importação de produtos nessa área.
---	---

Respostas às questões dos Deputados:

- Os responsáveis da Prio Energy responderam que o programa de biocombustíveis definido a nível europeu pretende que, em 2020, 10% do total de energia consumida no sector dos transportes tivesse origem em energia renovável, com a introdução de biocombustíveis. Ao definir-se estas metas não havia a ideia de que a introdução de biocombustíveis iria penalizar o preço de combustíveis, mas a evolução do preço das matérias-primas fez com que isso se verificasse. Todos o reconhecem que existem externalidades positivas, mas sabia-se que havia um custo a pagar com a incorporação de biocombustíveis. Assim, a questão que se coloca é saber se o povo português está disponível para pagar para reduzir as emissões de carbono como efeito da utilização de combustíveis.
- O problema do aumento do preço pela incorporação de biocombustíveis é incentivado pelas distribuidoras de combustíveis, que não produzem biocombustíveis. A Prio Energy aposta na produção e distribuição de biocombustíveis há 10 anos. O investimento nas fábricas de biocombustíveis foi feito no pressuposto de que o programa de incorporação de biocombustíveis se manteria até ao fim. Já discutiram a questão com a Entidade Nacional para o Mercado dos Combustíveis e o Ministério do Ambiente e acreditam que o programa será levado até ao fim.
- Portugal assumiu o compromisso de chegar a 2020 com 10% de incorporação e o crescimento ao longo dos 10 anos do programa é suave. Para além do biodiesel, outras indústrias e outros biocombustíveis estão a ser desenvolvidos e isso é possível pela estabilidade deste programa.
- Referiram que existem outras soluções no mercado que são mais caras do que os óleos usados. A produção de biodiesel com óleos alimentares usados faz com que o preço do biocombustível caia para metade. Não existe matéria-prima suficiente de óleos usados para produção, será necessária importação mas assim promove-se a recolha desses óleos, ajudando a própria economia circular. A importação de óleos usados levou a que descasse em 67% a importação de biocombustíveis já produzidos e reduziu importações de óleo de palma, que é aquela que menos sustentabilidade garante.
- Quanto ao impacto do ISP, lembraram que até ao momento o aumento do ISP tinha sido de 5 cêntimos. Cerca de 70% do preço de um litro de gasolina são impostos. O que sobre é o preço do combustível e os biocombustíveis que lhe são incorporados. Acredita que a incorporação terá benefícios de longo prazo,



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

apesar de a curto prazo poder ter alguns reveses.

- Concluíram, informando que a Prio Energy está a implementar, em paralelo com os mecanismos de recolha municipais existentes, um sistema de recolha de óleo usado nos seus postos de combustíveis.

Deputado António Costa Silva